



Ofício nº 1/2024

Brasília-DF, 24 de janeiro de 2024.

Ao Excelentíssimo
Senhor Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República
Brasília-DF

*Recebido.
Aguardando o complemento p/ o encaminhamento
Ode*

Assunto: tratamento desigual com os aposentados(as) e pensionistas do serviço público federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Através do presente, as entidades que subscrevem este documento expõem o grave quadro por que passam os servidores aposentados(as) e pensionistas do serviço público federal. Estamos sofrendo um inadmissível tratamento desigual por parte do Estado brasileiro haja vista que as nossas aposentadorias foram drasticamente reduzidas em razão das contribuições previdenciárias dos inativos instituídas pela EC 41/2003 e da perda crescente do poder aquisitivo decorrente da suspensão dos reajustes de nossas remunerações.

Não bastasse o histórico das perdas salariais agravadas pelos governos Temer e Bolsonaro, fomos surpreendidos neste ano com a proposta de reajuste zero para os servidores do Poder Executivo. Contudo, os funcionários do Legislativo e do Judiciário serão beneficiados com reajustes salariais em 2024. Esse tratamento discriminatório é inaceitável! Vale destacar também que a proposta de reajuste dos valores dos benefícios sociais (auxílio-alimentação, auxílio-creche e ressarcimento saúde) anunciada recentemente pela ministra Esther Dweck não beneficia os aposentados(as) e pensionistas da União.

Os servidores públicos aposentados(as) e pensionistas construíram com muito suor e dedicação o serviço público que venceu a pandemia, que leva segurança pública e fornece educação e saúde gratuita para todos os brasileiros. Fazemos parte de uma categoria essencial para o país e, sobretudo, para a população de baixa renda.

No entanto, nos últimos anos vimos sofrendo um profundo achatamento de nossos vencimentos. A falta de uma remuneração adequada nos condena à situação de endividamentos humilhantes e à impossibilidade de honrar nossos compromissos. Estamos convivendo também com o espectro e o temor do aumento das contribuições previdenciárias e da centralização dos aposentados e pensionistas do serviço público federal no INSS.



Não podemos, portanto, aceitar a proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Esta política de gestão de pessoal que se apresenta não é inovadora, mas retrógrada e fomentadora de iniquidade e perversidade social.

Diante deste deplorável quadro, reivindicamos:

- reajuste imediato para os(as) servidores(as) públicos federais e a recomposição das perdas inflacionárias dos últimos anos;
- revogação da agressiva contrarreforma previdenciária social perpetrada pela EC 103/2019 durante o famigerado governo Bolsonaro;
- imediata retirada de tramitação da PEC 32/2020 do Congresso Nacional;
- instalação de comissão composta pelo governo e pelas entidades representativas dos servidores para tratar da retomada dos direitos e da valorização dos(as) aposentados(as).

Respeitosamente,

Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) / Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Fenadsef)

Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE)

Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS)

Instituto MOSAP – Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas

Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional)

Roberto Kasai. SINDIFISCO NACIONAL

Oton Pereira Neves

Secretário-geral

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF)

João Carlos Pousa
Mauro Ruy de Siqueira
 CUT/NACIONAL Andes- SN